



DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO—\$30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios ou à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS		
As 3 séries . . .	Ano 2408	Semestre
A 1.ª série . . .	908	"
A 2.ª série . . .	808	"
A 3.ª série . . .	808	"

Avulso: Número de duas páginas \$30;
de mais de duas páginas \$30 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2550 à linha, acrescido do respectivo imposto do sôlo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-ix-1921, têm 40 por cento de abatimento.

SUMÁRIO

Presidência do Conselho:

Rectificação ao decreto n.º 27:081, que aprova os regulamentos telegráfico, telefónico e geral e adicional das radiocomunicações, anexos à Convenção Internacional das Telecomunicações, assinada em Madrid em 9 de Dezembro de 1932 e aprovada pelo decreto-lei n.º 26:686.

Ministério do Interior:

Portaria n.º 8:592 — Designa a constituição heráldica da bandeira, armas e sôlo da Câmara Municipal do concelho de Fornos de Algodres.

Ministério das Colónias:

Portaria n.º 8:593 — Anula, por ilegalmente promulgada, a portaria n.º 2:526 do governo geral do Estado da Índia, que permitia o abono de passagens em 2.ª classe do caminho de ferro aos cabos e soldados europeus.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Tendo sido publicado com inexactidão no *Diário do Governo* n.º 239, 1.ª série, de 12 de Outubro último, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Administração Geral dos Correios e Telégrafos, o decreto n.º 27:081, determino que se faça a seguinte rectificação:

No artigo único, onde se lê: «Regulamento geral das telecomunicações», deve ler-se: «Regulamento geral das radiocomunicações».

Em 5 de Janeiro de 1937.—António de Oliveira Salazar.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Portaria n.º 8:592

Atendendo ao que foi solicitado pela Câmara Municipal do concelho de Fornos de Algodres, do distrito da Guarda, e tendo em consideração o parecer da comissão

de heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, aprovar, nos termos do § único do artigo 13.º do Código Administrativo, a constituição heráldica da bandeira, armas e sôlo daquele Município, que é a seguinte:

Bandeira: esquartelada de amarelo e de verde, cordões e borlas de ouro e de verde. Haste e lança douradas.

Armas: de prata, com um cacho de uvas de púrpura, folhado e troncado de verde, acantonado por quatro espigas de milho de ouro folhadas de verde. Coroa mural de prata de quatro torres. Listel branco com os dizeres: «Vila de Fornos de Algodres», de negro.

Sôlo: circular, tendo ao centro as peças das armas, sem indicação dos esmaltes. Em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres: «Câmara Municipal de Fornos de Algodres».

Ministério do Interior, 11 de Janeiro de 1937.—O Ministro do Interior, Mário Pais de Sousa.

MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS

Direcção Geral Militar

2.ª Repartição

Portaria n.º 8:593

Tendo-se verificado que a portaria do governo geral do Estado da Índia n.º 2:526, de 20 de Dezembro de 1935, permitindo o abono de passagens em 2.ª classe do caminho de ferro aos cabos e soldados europeus, foi promulgada em contravenção do que dispõe o artigo 10.º, § 1.º, n.º 2.º, da Carta Orgânica do Império Colonial Português: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 12.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, anular, por ilegalmente promulgada, a referida portaria n.º 2:526, de 20 de Dezembro de 1935.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» do Estado da Índia.

Ministério das Colónias, 11 de Janeiro de 1937.—O Ministro das Colónias, Francisco José Vieira Machado.